



Fotos: Thais Sena Schettino

# Financiar o meio ambiente

Seminário realizado pela ABDE e WWF debate oportunidades para a região Centro-Oeste, com foco em desenvolvimento sustentável. **POR SARAH BARROS**

Instrumentos para ampliar a sustentabilidade de projetos de desenvolvimento para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal foram apresentados aos participantes do 2º Ciclo de Seminários Regionais - edição Centro-Oeste. O evento foi realizado no dia 31 de julho pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) em parceria com o WWF Brasil, com apoio do Bancoob e do Pacto em Defesa das Cabeceiras do Pantanal, em Brasília. Nos debates, predominou a busca por caminhos para aperfeiçoar as soluções financeiras das instituições de fomento para promover o desenvolvimento regional com o menor impacto ambiental e melhores resultados sociais.

Na abertura, ficou patente a importância do setor financeiro para conduzir práticas sustentáveis no longo prazo.

O diretor de Controle do Bancoob, Rubens Rodrigues Filho, destacou a interação entre membros da ABDE, organismos internacionais de desenvolvimento e representantes do setor público, todos presentes ao evento. “Esse debate tem o objetivo de ampliar a efetividade das instituições do Sistema Nacional de Fomento em prol do desenvolvimento”, disse. O presidente da ABDE, Perpétuo Socorro Cajazeiras, ressaltou o potencial das agências de fomento e dos bancos de desenvolvimento, por meio de sua rede, para viabilizar ações com foco no ser humano. “E isso não se faz sem integração, ações sustentáveis e sem preservar o que foi dado pela natureza”, afirmou.

A urgência de ações concretas, para além dos conceitos, em favor do desenvolvimento sustentável foi a tônica da palestra

da diretora de Engajamento da Sociedade do WWF Brasil, Gabriela Yamaguchi. Com base em pesquisas e diagnósticos segundo os quais, em 40 anos, 60% da vida da Terra foram perdidos, ela enfatizou a necessidade de agir para recuperar o meio ambiente e a vida. “Não adianta parar de desmatar ou poluir. É necessária uma inversão positiva para recuperar a vida no planeta”, enfatizou. Para isso, afirmou, nada será realizado por um único ator e será preciso conectar pessoas aos seus territórios. “O papel das instituições de fomento para o desenvolvimento sustentável é identificar soluções em âmbito local com visão sistêmica, em que um avanço está vinculado ao outro”, assinalou.

A integração entre os diversos atores para o desenvolvimento foi pontuada no painel seguinte, assim como a necessidade de aperfeiçoamento do planejamento de longo prazo. A secretária nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério do Desenvolvimento Regional, Adriana Melo Alves, defendeu um sistema de governança integrado para execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, prevista no Decreto 9.810/2019. “Nossa estratégia no Centro-Oeste é identificar polos de desenvolvimento a partir de médias cidades, para desconcentrar o capital investido e atrair capital humano, alavancando processos produtivos que transbordem para suas áreas de influência”, explicou.

O subsecretário de Planejamento Subnacional do Ministério da Economia, Fábio Hideki Ono, focou na importância de aperfeiçoar o planejamento de longo prazo para vencer a lacuna da infraestrutura que afeta todo o país. “Para isso devem ser considerados temas relevantes como clima, demografia, tecnologia e complexidade econômica atual, processos de engajamento e governança e planos de ação que incluam projetos e indicadores claros”, pontuou.

## LIDERANÇAS LOCAIS

Experiências locais demonstraram a convergência aos debates realizados no seminário, como o Banco de Brasília (BRB), que apresentou sua visão para o Distrito Federal. Na abertura, o presidente do banco, Paulo Henrique Costa, elencou as potencialidades da região, com forte atividade tanto no meio rural, quanto na indústria, comércio e serviços. “Estamos em uma região de grandes oportunidades, mas ainda com distribuição de renda desigual e, nós, bancos públicos e agências de fomento, temos que ir além do lucro e da venda de produtos para promover a transformação da realidade”, disse. O diretor de Serviços e Produtos do BRB, Antônio Gil Padilha Silveira, complementou que a visão da instituição é viabilizar sua carteira comercial por meio das operações com foco no desenvolvimento. “Estamos trabalhando para voltar a operar com recursos de terceiros e promover setores como o imobiliário, micro e pequenas empresas, de projetos governamentais, »

Divulgação



além de continuar atuando fortemente no setor rural”, disse.

A analista de Competitividade do Sebrae Nacional, Patrícia Mayana, apresentou uma iniciativa que tem equipado as comunidades para exercer seu papel na condução de iniciativas sustentáveis. O projeto Líder, iniciado em 2015, atua na mobilização e sustentação do desenvolvimento territorial local por meio da integração entre entes públicos, privados e do terceiro setor, em torno de uma agenda integrada. Hoje, a metodologia é aplicada em 19 estados, com 41 projetos em 520 municípios, incluindo os quatro estados do Centro-Oeste. O projeto todo se desenvolve em cerca de um ano e meio com o apoio do Sebrae. “A partir de então, os líderes assumem a continuidade dos trabalhos, dando uma identidade própria ao movimento de desenvolvimento iniciado”, explicou.

Também de forma prática, a presidente da Associação dos Produtores Agroecológicos do Alto São Bartolomeu (Aprospera), Fátima Cabral, apresentou pontos positivos de unir campo e cidade por meio da cooperação social e do respeito ao meio ambiente. Localizada na divisa entre Distrito Federal e Goiás, na região das Águas Emendadas, a organização congrega produtores de alimentos por meio de práticas como a agroecologia e a agrofloresta. Atualmente, são 16 agricultores em benefício de mais de 500 famílias. “Com a prática da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), grupos de consumidores se unem a um agricultor e se tornam corresponsáveis pela produção”, explicou.

Para cada aumento de 1% na oferta de crédito rural no Brasil, a produção municipal aumenta 0,29%, o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade sobe 0,17% e a produtividade da terra e do produtor cresce 0,21%. Estudo de avaliação de impacto feito a partir de dados do Plano ABC Cerrado indica, ainda, que, a cada US\$ 1 dólar investido em assistência técnica para a produção sustentável, há o investimento direto de US\$ 8 do produtor para a aplicação dessas práticas. “Isso mostra que, para

além do acesso ao crédito, é preciso dar acesso à assistência técnica, que permite ter as informações e usar as plataformas que possuem dados com diversas fontes”, afirmou a especialista sênior em Desenvolvimento Rural do Banco Mundial, Maria de Fátima Amazonas, na moderação do painel sobre Desenvolvimento Produtivo Sustentável.

Em sua apresentação, o representante da Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil, Carlos Henrique Faccio, destacou ações da instituição para facilitar o acesso dos produtores ao crédito rural, com trabalho junto aos agentes financeiros para o financiamento, não de um item da produção, que pode ser um equipamento, mas da finalidade, como a produção rentável e sustentável. “Muitas vezes, um mesmo projeto envolve mais de uma operação de crédito, que tem um custo unitário considerável para a instituição. Temos trabalhado com pacotes de linhas de crédito para atender a demandas que, em um mesmo projeto, podem envolver uso de energia renovável, recuperação de pastagens e tratamento de dejetos, por exemplo”, disse.

O pesquisador da Agroicone, Gustavo Palauro, também apresentou projeções que reforçam a importância do financiamento para viabilizar modelos de desenvolvimento sustentáveis, especialmente pela necessidade de assistência técnica especializada. “Assistência técnica é cara e pode inviabilizar uma ação. Em um projeto de R\$ 230 mil, sendo R\$ 62 mil para assistência técnica, a taxa de retorno do produtor que aplique apenas recursos próprios é de 9%, e o tempo de *payback*, de 7 anos e 4 meses. Mas, se 100% forem financiados, temos quase 30% de taxa de retorno *payback* em 2 anos e 10 meses”, exemplificou.

## SUSTENTABILIDADE

No painel sobre logística e energia, o chefe do Departamento da Área de Energia do BNDES, Alexandre Siciliano, apresentou as

*Evento discutiu temas como as finanças sustentáveis, o papel das instituições para o desenvolvimento regional e a infraestrutura logística e energética.*







*Adriana Melo Alves (Ministério do Desenvolvimento Regional), Marco Antonio A. de Araujo Lima (ABDE), Fábio Hideki Ono (Ministério da Economia) e Antonio Gil Padilha (BRB) debatem as oportunidades de desenvolvimento da região.*

adaptações feitas nas linhas de crédito do banco para atender a projetos de eficiência energética e de energias alternativas e renováveis, ações essas que já apresentam resultados. “Em oito anos, os desembolsos em projetos da Economia Verde cresceram 7%, com picos de mais de 10% nos anos de 2015 e 2017, e em infraestrutura energética de 31% para 45%”, disse.

Para o sucesso dessas e de outras iniciativas em infraestrutura, a pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV) Daniela Gomes pontuou que o licenciamento ambiental é um instrumento que dá segurança jurídica e financeira para os projetos e destacou a importância de desenvolvimento de capacidades não só dos gestores locais, mas de empreendedores e das comunidades para a implantação dos projetos. “A responsabilidade das instituições de fomento em projetos de infraestrutura é dar transparência nos processos de investimentos e promover o pacto social em torno de cada projeto”, afirmou.

O potencial das instituições de fomento para atrair recursos privados para projetos sustentáveis em arranjos combinados com recursos públicos foi destacado no painel sobre Finanças Verdes. “O desafio é identificar e desenvolver projetos bem desenhados, que gerem retorno financeiro, com risco reduzido e alto impacto para atrair capital privado e ganhar escala para cobrir a lacuna de investimento necessário para alcançar as metas globais de desenvolvimento sustentável”,

sinalizou a especialista em Finanças Sustentáveis da WWF Brasil, Roberta Simonetti.

O gerente de Economia Verde e Gestão Ambiental da Diretoria de Estratégia e Organização do Banco do Brasil, Márcio Gama, apresentou um panorama da instituição na Economia Verde e elencou pontos de atenção para atrair e captar investimentos. “Entre eles, é preciso elaborar projetos e programas de investimento que tenham a sustentabilidade como premissa, o que permitirá dar escala a essas iniciativas e alterar a atuação em torno da gestão de riscos para a geração de oportunidades”, disse.

Todos os debates convergiram para a necessidade de criar mecanismos financeiros que promovam iniciativas em que a sustentabilidade seja vista como base da execução de projetos de desenvolvimento e não somente um adendo ao modelo tradicional. O especialista em desenvolvimento regional Carlos Paiva defendeu que o meio ambiente também seja visto como oportunidade de gerar lucro, o que vai atrair investidores. Para o Centro-Oeste, ele acredita no potencial turístico da região, ainda pouco explorado. “Sistemas turísticos são altamente empregadores e exigem sustentabilidade”, disse, citando como exemplo o Distrito Federal, que tem Brasília, por si, atrativa turisticamente e dotada de sistemas financeiros, hoteleiros, logísticos e de serviços que podem servir de base para a promoção do turismo sustentável no Cerrado e no Pantanal.